

# trabalho *necessário*

issn: 1808-799X

ano 1 - número 1 - 2003

## NOVAMENTE SOBRE A QUESTÃO DO TRABALHO

Ramón Peña Castro \*

### 1. Um falso debate: a crise do trabalho como “fim do trabalho”.

O lugar do trabalho na nossa sociedade do mercado absolutista (ou capitalismo sem concessões sociais) é uma questão essencial sobre a qual se confrontam duas teses que, de forma simplificada, podemos resumir assim: uma, a do fatalismo do desemprego, decorrente do determinismo tecnológico, que se manifesta na universalização da automatização e robotização dos processos produtivos; outra, afirmativa do trabalho humano, necessário e imprescindível, não apenas como “condição vital de existência da sociedade” e traço constitutivo do “animal cultural” (*homo sapiens sapiens*), mas sobretudo por ser o trabalho o elemento ativo, insubstituível, do mundo físico e cultural, onde os homens produzem e reproduzem a sociedade e, por isso mesmo, o centro de gravidade (baricentro) para uma alternativa de transformação socialista (temporariamente adiada).

Começemos pela repetição dos traços essenciais, tão conhecidos como cruelmente corretos, do trabalho sob o capitalismo realmente existente.

O trabalho assalariado atravessa um processo de profunda regressão, devido à: desintegração do emprego assalariado, à precarização generalizada, à desvalorização social dos trabalhadores como indivíduos e como classe social.

O trabalho assalariado, alienado e explorado, é uma invenção histórica central da sociedade capitalista. O trabalho para deixar de ser alienado e explorado pelo capital; para que a sociedade possa se estruturar em bases distintas das atuais (sem propriedade privada e sem pleno controle capitalista da divisão social do trabalho e da riqueza socialmente produzida) é necessário que a venda da força de trabalho deixe de ser premissa necessária para o acesso dos trabalhadores aos meios de vida. Mais: é necessário tirar do capital a hegemonia (dominação econômica e política complementada com legitimação ideológica) que lhe permite dominar/explorar a “vitalidade do corpo e do espírito do trabalhador, diariamente vendida e comprada, usada e abusada para azeitar a máquina ensandecida do lucro”[1].

Neste contexto, resulta surpreendente, a primeira vista, que os maquiadores da ordem ainda continuem com a falaciosa tese da crise ou fim do trabalho (confundido, de forma reducionista e a-histórica, com o emprego assalariado). É um falso debate porque seus pressupostos básicos são inconsistentes. Vejamos esses argumentos.

- “As mudanças tecnológicas implicam automatização e robotização de todos os processos produtivos”. Os estudos da realidade concreta mostram, pelo contrário, que muitas das transformações se referem apenas à organização empresarial, através da redistribuição de tarefas, da redução de pessoal, da generalização da precarização, da terceirização e, em geral, do uso mais intensivo das capacidades físicas e intelectuais dos trabalhadores, visando a redução dos custos do trabalho por unidade produzida (cf. Lopes Peña, 1996; Pochmann, 2001)
- “A inovação tecnológica, supostamente homogênea e universal, implicaria uma redução radical da demanda de trabalho e a maior complexidade dos empregos remanescentes, i.é. uma mudança qualitativa dos postos de trabalho”. Esta tese confunde vários aspectos diferentes: a) a redução da demanda de trabalho por unidade de produto pode diminuir, e de fato diminuiu, sem que isso impeça o aumento real do trabalho empregado no conjunto da economia nacional e internacional; b) o uso de novas tecnologias não implica, na maioria dos casos, maior complexidade dos postos de trabalho. De fato, a imensa maioria dos novos empregos criados na última década, no Brasil e no mundo, é de baixa ou nula qualificação (cf. Pochmann, 2001: 70-77) ).
- Contra todas essas evidências, o infatigável predicador da “sociedade do ócio”, Domenico De Masi pontifica que: “na sociedade pós-industrial, o baricentro da economia deslocou-se para a produção de bens imateriais, isto é, de idéias. Portanto, a produtividade consiste em obter a máxima quantidade de idéias no menor tempo possível”[2]. Face a essa alucinante conclusão não há o que criticar porque a ficção científica está – como se sabe - além das possibilidades de qualquer comprovação científica.

Não é difícil comprovar que esses pressupostos falsos estão baseados na generalização de algumas aparências isoladas, interpretadas a partir de um determinismo tecnológico primário.[3]. Apesar dessa inconsistência, interessa insistir em que essa leitura distorcida da realidade concreta não é gratuita nem ingênua; faz parte da longa tradição ideológica subjetivista, própria da Economia Neoclássica,

sintetizada na conhecida fórmula trinitária[4] dos três “fatores de produção”: terra, capital e trabalho, fontes, respectivamente, da renda fundiária, do lucro e do salário. A única novidade atual e que a visão fatalista do fim do trabalho pretende “naturalizar” o desemprego e depreciar o “fator trabalho”, condição necessária para completar – e justificar - o genocídio político a que está submetida a classe operária.

Ao mesmo tempo, instaura-se a caridade como política, porque a redução “natural” dos empregos e dos salários justifica a necessidade de políticas “compensatórias”, produzidas pelo “neoliberalismo social” para corrigir “excessos” do liberalismo econômico [5].

## 2. O debate necessário: novo lugar do trabalho no capitalismo financeiro mundializado.

Toda a produção apologética da ordem burguesa (desde a vulgata dos três fatores ou “formula trinitária” até o determinismo tecnológico ) tem como fundamento primeiro ignorar que as capacidades físicas e intelectuais; a “inteligência coletiva global” (que nas presentes condições históricas adota a forma de capital) está constituída por uma única substancia: trabalho humano.

A visão reducionista do mercado de trabalho (em cuja órbita gravita a tresloucada idéia do “fim do trabalho”) está interessada em ocultar que tanto as forças produtivas sociais, objetivadas em tecnologias, como aquelas encarnadas em capacidades subjetivas de seres humanos (sob a forma de mercadoria força de trabalho, adquirida e utilizada pelo capital) não são outra coisa mais que trabalho, cristalizado e vivo. E que somente o trabalho em ação, ou seja, o consumo capitalista da mercadoria força de trabalho, é capaz de vivificar e dar dimensão social definida ao trabalho morto, materializado nas tecnologias que compõem o capital fixo

Em síntese, é próprio da natureza mistificada do capital transformar todas as “potências da inteligência coletiva global” e, sobretudo, o trabalho vivo, em componente objetivado do seu ser social particular, sob as formas coisificadas de capital fixo e circulante.

Ao lembrar os traços essenciais do trabalho assalariado cabe acrescentar que a recente derrota histórica da classe operária, tendo destruído os freios que colocavam limites políticos à exploração capitalista do trabalho, parece ter deixado em pé uma única força capaz de perturbar o a dinâmica do sistema. Essa força é o movimento incontornável do próprio capital, cuja renovação tecnológica, organizacional e social gera contradições entre as classes, objetivamente contrapostas no processo de reprodução global.

Trata-se das contradições oriundas do aumento da estrutura orgânica do capital[6]; do crescimento mais que proporcional do trabalho materializado em meios de produção (tecnologias, entre outros) com relação as forças de trabalho empregadas pelo capital. A

mais visível e perturbadora entre essas contradições é, sem dúvida, a dimensão sem precedentes do “exército de reserva” da força de trabalho (composto de desempregados e precarizados, em geral), prova palpável de que o desenvolvimento do capital torna descartáveis massas ingentes de seres humanos que “não mais lhe servem para ser explorados”.

Estamos longe de pensar que a teoria marxista do trabalho assalariado, apesar de fornecer uma base metodológica de grande poder analítico, seja suficiente para explicar a atual contra-reforma radical da relação salarial e a mudança do lugar do trabalho na sociedade. Para isso, torna-se indispensável analisar o modo de dominação e os mecanismos propulsores do capitalismo financeiro mundializado, tema que ultrapassa os limitados objetivos desta reflexão sobre o novo lugar do trabalho no capitalismo.

Para nosso objetivo, a primeira questão a elucidar é a da hierarquia, da ordem causal dos fenômenos que hoje condicionam o domínio mais pleno do capital sobre o trabalho produtor de valor excedente. Trata-se de fenômenos técnico-organizacionais, econômicos, políticos e ideológicos, ligados a distintas dinâmicas e opções que refletem interesses matérias, diretos e muito concretos, de grupos e classes sociais, objetivamente contrapostas<sup>[7]</sup>

Outro aspecto que não devemos ignorar é a aparente incongruência de discorrer sobre o fim do trabalho num momento histórico em que o trabalho aparece como “o bem mais escasso”. A incongruência é apenas aparente porque, como foi dito, a negação do valor do trabalho é parte de uma operação política de grande alcance, de uma ampla ofensiva do bloco dominante contra um modelo histórico de relações de trabalho politicamente reguladas que conflita com o modelo autocrático de acumulação do capital sob comando financeiro globalizado. O bloco dominante (multinacionais industriais e financeiras, subsidiárias locais e burocracias estatais de mercado) tem conseguido impor a sua retórica e seus interesses. As precárias leis trabalhistas e regras contratuais que garantiam ou ainda garantem um mínimo de proteção social aos trabalhadores brasileiros, estão hoje sob fogo cruzado da patronal, do governo e dos servidores ideológicos do realismo de mercado.

Em razão disso, parece mais do que oportuno examinar com a atenção devida qual é a “missão social” do mito do fim do trabalho, mito que, além do mais, faz parte de um amplo repertório ideológico do neoliberalismo.

Em primeiro lugar, repetimos, as evidências empíricas demonstram que não existe base para prognosticar o fim do trabalho; que se trata de um mito cuja “missão social” é servir como cortina de fumaça para ocultar o “horror econômico” do crescente desemprego, da precariedade e da miséria física e social, fenômenos inocultáveis que

contrastam, cada vez mais brutalmente, com as idílicas imagens do mercado auto-regulador da produção automatizada de riqueza e abundância para todos.

Na perspectiva da Economia Política crítica (que considera o mercado capitalista apenas como uma forma histórica de organização da economia) a questão da crise do trabalho está mal colocada, ou melhor, é uma falsa questão. Pela simples razão de que o trabalho, como efetivação da força de trabalho, é parte integrada e subordinada à lógica do capital, cuja centralidade na sociedade atual é cada dia mais visível. Portanto, se há crise, esta deve ser atribuída ao capital e não à tecnologia e, menos ainda, ao trabalho como tal.

Por outro lado, é um fato histórico que o trabalho pode existir e existiu sem capital, mas o capital não existiu - nem pode existir - sem dominar e explorar o trabalho: a fome insaciável de trabalho excedente constitui o traço essencial e incontornável do capitalismo. Prova disto é a resistência do capital a qualquer redução efetiva da jornada de trabalho, porque sabe que o valor excedente será tanto maior quanto mais extensa e intensiva seja a utilização da força humana de trabalho.

É por isso que o capital procura continuamente novos procedimentos de redução do “custo do trabalho”, através da precarização dos contratos, da terceirização dos processos de produção fragmentáveis em escala planetária, sem renunciar, inclusive, à restauração de formas de trabalho doméstico com uso de mão-de-obra infantil, trabalho servil de prisioneiros e outras modalidades de trabalho assemelhadas à escravidão, instituição fundamental para acumulação originária do capital, que nunca aceitou, nem aceita, mais limites que aqueles impostos pela força da luta de classes.

Não deixa de ser interessante reparar o momento histórico em que surgiu o questionamento do trabalho humano como meio de garantir a sobrevivência, como espaço de socialização e ainda como “categoria sociológica chave”. Isso começou de forma “sigilosa” na segunda metade dos anos 70[8], quando terminava a fase alta do longo ciclo pós-bélico (1945-1975). Foi então quando o *status* político do trabalho assalariado politicamente protegido transformou-se em alvo predileto da ofensiva monetarizante (neoliberal, dizemos hoje) contra o compromisso keynesiano entre o capital e o trabalho. Compromisso que, como se sabe, serviu de instrumento legitimador do modelo de capitalismo europeu, batizado com termos atrativos tais como “Estado de Bem-estar”, “Keynesianismo” ou “Fordismo”, cujo mérito, não secundário para a burguesia dominante, consistia em apagar toda e qualquer referência ao capitalismo, profundamente desprestigiado pela grande crise dos anos 30 e pela Segunda Guerra Mundial.

No ambiente otimista do segundo pós-guerra e da fase expansiva do capitalismo (1945-1975) que parecia domesticado e semi-humanizado pelas lutas dos trabalhadores, diversos sociólogos e economistas pós-modernos, fazendo num autêntico exercício de

alquimia social, descobrem uma suposta tendência para a extinção da centralidade do trabalho, como realidade social e como categoria sociológica[9] .

Tal tendência seria uma decorrência dos ganhos de produtividade ligados a inovações tecnológicas e também das políticas social-democratas de redistribuição de renda, que ampliavam o peso do salário indireto, materializado em bens públicos (educação, saúde, moradia, previdência), cuja distribuição estava, em parte, desvinculada do trabalho.

Desse modo, partes importantes da reprodução da força de trabalho ficaram fora da relação de mercado, o que permite falar de demercantilização relativa da reprodução da força de trabalho e duma ampliação subsequente da dimensão social da atividade produtiva e da posição do trabalho na sociedade.

A suposta tendência para a redução gradativa do trabalho necessário para a criação das condições de existência humana abria espaço – pensava-se então -, para outros tipos de atividade livre e criativa e para formas de distribuição da renda nacional desvinculadas da compra-venda da mercadoria força de trabalho[10].

Assim, o corolário lógico da tendência para a desmercantilização relativa da relação salarial parecia ser a emergência de uma “sociedade do ócio” [11], na qual o trabalho perdia sua suposta centralidade como elemento estruturante da sociedade. Suposta, insistimos, porque na sociedade capitalista a centralidade corresponde sempre ao capital e nunca ao trabalho humano alienado.

A realidade capitalista tem se mostrado, neste aspecto como em muitos outros, muito mais teimosa e astuciosa do que as especulações ideológicas dos teóricos do ócio, como Domenico De Masi, cuja originalidade parece consistir em inverter a ordem das coisas, tentando descobrir o contrario do que um observador atento da realidade pode facilmente comprovar.

Importa repetir que o trabalho, longe de perder importância, é um valor em alta no capitalismo realmente existente. O trabalho econômico, desenvolvido dentro ou fora do sistema salarial, é tanto mais valorizado quanto maior é o medo do desemprego e da precarização; quanto mais difícil se torna obter uma remuneração, único caminho disponível, para a imensa maioria da população, para obter os meios de sobrevivência.

Quanto mais escassos são os empregos menores são as oportunidades de inserção dos indivíduos em atividades socialmente reconhecidas, porque sabemos que muitas atividades essenciais para a vida civilizada –trabalho doméstico, solidário, voluntário - não são socialmente reconhecidas por não serem atividades mercantis.

A sociedade ao serviço do mercado (mal chamada de “neoliberal”, porque não é nem nova nem liberal) desvaloriza socialmente não só os trabalhadores desempregados e os precarizados mas também os ocupados, muitos deles colocados à margem ou fora dos estreitos espaços monetários, que são os que monopolizam o reconhecimento social e auto-afirmação da personalidade na ótica estreita do *homo economicus*.

### 3. Sobre a mistificação da realidade do trabalho mais alienado do que nunca.

O traço principal da nova realidade do trabalho é a sua mais completa redução à simples mercadoria e à perda subsequente de suportes sociais e políticos que caracterizavam o sistema salarial construído nos últimos cento cinquenta anos.

Esta remercantilização das relações capitalistas de trabalho é uma decorrência lógica da ofensiva política neoliberal e também o principal traço social do novo tipo de desenvolvimento capitalista: acumulação concentradora sob o comando do capital financeiro mundializado. Subordinação mais completa do trabalho ao capital significa, obviamente, controle pleno do capital sobre os processos (diretos e indiretos) de produção e distribuição de riqueza e, igualmente, à perda daquele grau de relativa autonomia social e política que a classe operária tinha conquistado no último meio século de luta de classes.

Como não podia deixar de ser, a mudança na posição social dos trabalhadores manifesta-se na estrutura das classes sociais, na sua estratégia nacional e internacional, cuja base material deve ser procurada na posição do país na divisão internacional do trabalho capitalista.

Existe correlação entre perda de controle do trabalhador sobre os processos de trabalho e sobre a reprodução da sua própria capacidade ou força de trabalho, de um lado, e a destruição de sua força sindical e política como classe trabalhadora. Tal correlação, porém, não é simples nem mecânica, como pretende o determinismo tecnológico e/ou economicista. Trata-se de processos paralelos, sujeitos a uma dialética complexa, marcada pelas particulares condições históricas (políticas, culturais e matérias) em que se configuram e reconfiguram as diferentes sociedades.

Sem esquecermos em absoluto as diferentes conjunturas nacionais (base dos atuais cenários de precariedade generalizada das relações de trabalho) existem razões para optar pela análise de classe que prioriza os momentos políticos e ideológicos da luta de classes a nível mundial.

Neste sentido, a origem da nova posição do trabalho (de total subordinação ao capital) tem que ser explicada a partir da guerra político-ideológica do neoliberalismo contra o lado social do Estado e pela subsequente implementação de políticas, cada vez mais radicais, de liberalização dos mercados de capitais, mercadorias e serviços, incluindo

o desmanche da proteção jurídica e social da mercadoria força de trabalho

A nova posição do trabalho pode ser definida em termos sociológicos como derrota política e desintegração social da classe operária, reduzida hoje a uma série de segmentos, comercialmente diferenciados de “prestadores de serviços” ou “vendedores de trabalho” em estado fluido (ou ‘recursos humanos’ utilizáveis *à la carte*).

Em termos históricos, a derrota política e social da classe operária marca o fim de uma fase ascendente da luta de classes. Uma fase alta, caracterizada pela emergência da “questão social” (resposta do capital ao desafio socialista) e pela centralidade da relação salarial. Hoje atravessamos uma fase baixa, de desforra do capital contra as conquistas históricas do movimento operário. Uma fase em que os maquiadores da barbárie econômica alimentam a pretensão absurda de apagar da memória histórica dos povos todas as experiências revolucionárias (comunistas) e até reformistas (social-democratas).

A contra-reforma neoliberal que determina o novo lugar do trabalho no capitalismo atual abrange todos os aspectos da relação salarial e extra-salarial: 1) modalidades de contratação do trabalho; 2) condições de uso da força de trabalho, isto é, modalidades concretas de transformação da força de trabalho em trabalho, e 3) sistemas de remuneração do trabalho e de seguridade social dos trabalhadores

Remeto ao livro de Robert Castel (*Metamorfose da questão social*)[\[12\]](#) que oferece uma análise histórica completa do nascimento, desenvolvimento e crise da condição assalariada, e demonstra que a questão social emerge e se configura, ao longo de mais de um século, como a resposta capitalista à ameaça do socialismo.

Nos anos 70-80, essa ameaça foi afastada (temporariamente, porque a história não tem fim, apesar do Sr. Fukuiama), como resultado de três crises de processos históricos que em forma e grau diferentes, restringiam o domínio do capital sobre o trabalho.

As três crises referidas são: 1) a crise do movimento operário dos países capitalistas (partidos políticos e sindicatos de classe); 2) a crise do nacional-desenvolvimentismo no chamado Terceiro Mundo e 3) a crise do “socialismo de Estado burocrático”, principal contrapeso político-militar ao imperialismo ocidental.

Hoje, a dominação da superpotência hegemônica (USA) e do capitalismo mundializado parecem ter atingido seu ponto mais alto e potencialmente agressivo.

Nunca foi mais real o diagnóstico do velho *Manifesto Comunista*: o capital “transforma a força de trabalho e a própria dignidade pessoal em valor de troca e reduz todas as liberdades a uma única liberdade: a do comércio livre”.[\[13\]](#)

O eclipse do socialismo – como inspiração política ou como aspiração militante - enche de felicidade os gestores do perpétuo presente, os quais, resgatando com originalidade pós-moderna o idealismo burguês dos séculos XVIII e XIX, continuam apresentando as leis do capitalismo como leis da natureza.

Assim, a louvação da globalização funciona como anestésico ideológico para desarmar qualquer resistência ao absolutismo do mercado (leia-se: capital) e impedir-nos de enxergar a natureza real (a rigor, nada original) da ofensiva do capital contra os trabalhadores - sobretudo contra os trabalhadores dos países periféricos que são os mais flexibilizados (precarizados) economicamente e os mais desprotegidos, social e politicamente.

Na perspectiva materialista da luta de classes (motor do desenvolvimento histórico da sociedade capitalista) os conceitos “crise do trabalho” e “crise do emprego” são claramente insuficientes para dar conta da radical transformação atual da posição social dos trabalhadores, porque restringem o problema ao estreito marco mecanicista do “mercado de trabalho”.

O desemprego é reconhecido como o problema social mais importante da atualidade. Na visão estreita do “mercado de trabalho”, a origem do desemprego é atribuída tanto às chamadas “disfunções” de origem externa (excessos de regulação estatal, corporativismo sindical, etc.), como a imperativos supra-sociais (determinismo tecnológico), designados com termos que se pretendem auto-reveladores: “revolução tecnológica”, “sociedade de conhecimento” e “globalização”, cujo advento estaria provocando e/ou aprofundando o chamado déficit de educação ou qualificação de grande parte da força de trabalho condenada, por isso, ao desemprego e a ocupação precária.

Contra essa “explicação” cabe uma primeira observação metodológica. Nos marcos estreitos do “mercado de trabalho” não é possível explicar fenômenos como o desemprego maciço e a crescente precarização do emprego. Tal impossibilidade decorre do fato de que os mencionados fenômenos se originam no espaço mais amplo do processo de acumulação capitalista.

Mas o “mercado” não está interessado na verdade científica, ele se preocupa com a utilidade dissimuladora dos conceitos. Assim, se a idéia de que o déficit ocupacional é a causa principal do desemprego, resultará fácil auto-responsabilizar as vítimas do mesmo, mascarando, sob o conceito “empregabilidade”, a verdadeira causa do problema: o modelo de acumulação concentradora do capital. E uma vez aceito o diagnóstico, só restará aplicar a receita: que cada indivíduo cuide da sua “empregabilidade”, investindo na educação de mercado, como aconselha a difundida doutrina do “capital humano”.

Nunca será demais insistir na crítica da epistemologia empirista que embasa o discurso neoliberal dominante. Em particular, na crítica do seu “princípio de realidade”, segundo o qual os fatos e, sobretudo, os dados numéricos “falam por si mesmos”. Falso, os fatos e os números não “falam”; eles permanecem mudos até serem corretamente interrogados (ordenados e analisados) com auxílio de uma teoria consistente com o conjunto da realidade social capitalista.

O mesmo juízo crítico merece o banalizado termo *flexibilização*, conceito puramente descritivo e prescritivo, a um só tempo, utilizado de modo eufemístico pelos técnicos da ordem estabelecida para “naturalizar” a mercantilização completa das relações de trabalho, base da insegurança institucionalizada[14].

Se alguém tentasse elaborar um “guia do usuário” da epistemologia empirista, subjacente ao discurso neoliberal pós-moderno[15], deveria registrar como a realidade capitalista se fragmenta em partes isoladas:

- Trabalho, Capital e Estado aparecem como entes separados e autônomos que interagem mecanicamente entre si;
- Os mercados (de meios de produção, de força de trabalho e de mercadorias produzidas) aparecem separados das forças sociais e das formas políticas que realmente os estruturam;
- A internacionalização do capital, denominada genericamente globalização, é apresentada como um fato externo e acabado que impacta de forma incontornável a vida das nações, das empresas e dos indivíduos.

Em razão disso, a crítica do pensamento conservador tem que estar comandada por uma epistemologia oposta, por uma teoria da totalidade social, da economia, do Estado, das classes e das relações entre seres humanos atuantes na realidade imperialista do mundo atual. Neste sentido, a atualidade de Marx se impõe, pela atualidade do capital, mais onipresente do que nunca.

---

\* Ramón Peña Castro é Ph. D. em Economia, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSCar

#### Bibliografia referida

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

----- *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

CASTEL, R. *Metamorfose da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1999

lopes PEÑA, Andreu. *Innovación tecnológica y cualificación*. Madrid: CES, 1996

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. cap.4,13,17, 23 e 24. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971

OFFE, Claus. "Trabalho: categoria sociológica chave?" In: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo:Brasiliense, 1989

POCHMANN, Marcio. *O Trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo:Contexto, 1999

-----A década dos mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo:Contexto, 2001

[1] COSTA, Jurandir Ferreira. Folha de S.Paulo 1/4/2003

[2] DE MASI, Domenico. *A Economia do ócio*. Rio de Janeiro:Sextante, 2001: p.13)

[3] Os teóricos do "fim do trabalho" fornecem um exemplo clássico de empirismo epistemológico: pretendem comprovar a sua hipótese comparando, seletivamente, fatos isolados, tomados apenas como dados observáveis, ao arrepio de qualquer teoria da inovação tecnológica ou do desenvolvimento do capitalismo. Em outras palavras, adotam uma visão atomista, pós-moderna, da realidade, contraposta à totalidade social

[4] MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1971. Livro III, vol.6, cap. 48, p.949

[5] A pseudo polêmica, surgida recentemente na órbita do Governo Lula, entre assistencialismo "universalista" e "focalista" é um exemplo de falso debate, de omissão da questão social principal: o modo de dominação de novo tipo, baseado na precariedade do trabalho, "fundado na instituição generalizada e permanente da insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, a concorrência entre os trabalhadores dos países centrais e periféricos". BOURDIEU, P., *Contrafogos*, Rio de Janeiro:Zahar Ed., 1998, p, 125.

[6] Instrumento analítico criado por Marx e simbolizado na fórmula c/v. MARX,K., op. Cit., Livro I, cap 23, §2.

[7] Daí a importância de impugnar a armadilha da "naturalização" das relações de trabalho através do falso "princípio de realidade", segundo o qual a única realidade pensável é aquela que pode ser observada.

[8] Claus Offe, abriu o debate em 1978 com um texto sobre a centralidade do trabalho como categoria sociológica chave. OFFE, Claus, "Trabalho, categoria sociológica chave?" In *Capitalismo desorganizado*, São Paulo:Brasiliense, 1989.

[9] Idem.

[10] Vide GORZ, André. *Metamorphose du travail*. Paris:Galilée, 1991; AZNAR, Guy, *Travailler moins pour travailler tous* Paris:Syros, 1992; OFFE,Claus. *La sociedad de trabajo*. Madrid:Alianza, 1992.

[11] Este antigo conceito é reciclado pelo espaçoso maquiador do eterno presente Domenico De masi, quem nos brinda as seguintes pérolas: "através do direito ao trabalho o homem realizou sua condição industrial (sic!); através do direito ao ócio (sic!) o homem realizará a sua condição pós-industrial. É necessário ascender do humanismo do trabalho ao humanismo do ócio. Isto nos é agora permitido graças ao nível da tecnologia..." DE masi, D., op. Cit. p. 13-14.

[12] Cf. CASTÉL, Robert. *A metamorfose da questão social*. Petrópolis:Vozes, 1999.

[13] Com a particularidade de que, como diz Boaventura de Sousa Santos, "o espectro não é hoje o neofascismo, como quer fazer-nos acreditar a direita eterna, mas algo mais novo: sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas. O novo fascismo não é, assim, um regime político; é antes um regime social [...] um sistema de relações sociais brutalmente desiguais. E esta dualidade se sustenta na globalização neoliberal, no neocolonialismo financeiro, na crescente exploração e humilhação dos países pobres" SANTOS, Boaventura de Souza. "O novo espectro". *Folha de São Paulo*, 7/5/2002, p. 3.

[14] BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 2001, p. 33/34.

[15] A epistemologia empirista explica a estrutura das disciplinas acadêmicas oficiais que se repartem a temática do trabalho em diferentes domínios exclusivos. Assim, por exemplo, a Economia do Trabalho se ocupa preferentemente do emprego no estreito marco do mercado de trabalho; a Sociologia do Trabalho estuda a organização e normativa das relações trabalhistas; a Sociologia da Educação trata do ensino qualificante como resposta às exigências do mercado de trabalho.



volta